

REFLEXÃO SOBRE PAPEL DO PROFESSOR E DO ESTUDANTE NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Data de submissão: 16/05/2023

Data de aceite: 03/07/2023

Jailson Suleimane Gomes Candé

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria- Rio Grande do Sul
<https://lattes.cnpq.br/7928510192495059>

Luciana Durão Wolf

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria- Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/5564336994494401>

reconstrução do modo de aprender e formar-se é essencial na atualidade levando em consideração relevantes variáveis que influem no ensino superior no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: O papel do professor e do estudante; ensino superior no Brasil; processo de construção do conhecimento; construção do conhecimento no ensino superior.

RESUMO: Esta pesquisa focaliza, por meio do estudo de revisão bibliográfica, descrever mudanças históricas e pensamentos sobre o ensino superior no Brasil, além das ações necessárias para o desenvolvimento do papel do professor e do estudante no processo da construção do conhecimento, fomentando profissionais críticos e com capacidade de análise da realidade social. O objetivo foi propiciar uma reflexão sobre o tema, nos conceitos de alguns autores, prerrogativas de Leis e Organizações Educacionais e responder como se dá a criação do conhecimento no ensino superior. A formação do professor e do aluno dimensionada pela ação e papel de cada um na sociedade, revelando valores e atitudes necessárias no processo de aprendizagem. Concluiu-se que uma

REFLECTION ON THE ROLE OF PROFESSORS AND STUDENTS IN THE PROCESS OF KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: This research focuses, through the study of literature review, historical changes and thoughts on higher education in Brazil, in addition to the actions necessary for the development of the role of the teacher and student in the process of knowledge construction, fostering critical and capable professionals analysis of social reality. The objective was to analyze the reflections on the theme, in the concepts of some authors, prerogatives of Laws and Educational Organizations and to answer how knowledge creation takes place in higher education. The training of teachers

and students dimensioned by the action and role of each one in society, revealing values and attitudes necessary in the learning process. It was concluded that a reconstruction of the way of learning and graduating is essential today, taking into account relevant variables that influence Higher Education in Brazil.

KEYWORDS: The role of the teacher and the student; higher education in Brazil; knowledge construction process; construction of knowledge in higher education.

1 | INTRODUÇÃO

A educação é, entre outros, um direito social fundamental e suportado pela constituição federal de 1988 no seu art. 6º, constituindo-se um dever do Estado brasileiro garanti-la a todos cidadãos visando o desenvolvimento pessoal pleno de cada um, conforme art. 205 (BRASIL, 1988, cf). A educação no especto formal serve para instruir e conscientizar indivíduos de forma a melhorar seu comportamento e a sua atuação na sociedade. Nesse processo, uma educação de qualidade demanda que sejam tomadas diligências práticas por parte de governo, identificando caminhos a ser seguidos para alcance de tal qualidade educacional desejada (CURY, 2007).

No entanto, dentro da lógica formal e funcional do exercício da atividade educacional existem duas figuras importantes, professor e aluno, vinculados a uma instituição do ensino em que esta tem a responsabilidade de cruzar aqueles num ambiente de quatro paredes ou virtual para o exercício de aprendizagem e produção de conhecimento por meio de uma organização previa, que passa pela definição dos horários de encontro, número de alunos por cada turma, organização do currículo, entre outros arranjos. Portanto para o fornecimento desse serviço no país, coexistem instituições públicas e privadas acreditadas pelo ministério da educação nacional.

Ora, a educação

“Em sentido muito amplo, o termo serve para identificar o processo de formação do homem (entendido como indivíduo e seja como grupo) na direção de uma lenta, mas autentica descoberta e clarificação de si, ou seja, das próprias peculiares características físicas, mentais, espirituais”. (BERTOLINNI, 2008, p. 167).

Nesse sentido,

“A educação não pode ser reduzida a um micro processo de adaptação aos valores de uma cultura e de uma sociedade. Educar, em sua etimologia: “educare” significa nutrir, alimentar. Do termo “educare” se forma “ex + ducere”, que significa conduzir para fora o valor íntimo do educando” (VIGOR, 2014, p. 05).

Diante do exposto, entende-se que o ato de educar está relacionado ao processo de autoafirmação de uma nação perante os desafios internos e globais trazendo para o campo de conhecimento os valores sociais e culturais da mesma através de uma estratégia baseada na educação.

Destarte, conforme a lei de diretrizes e bases da educação (LDB), o ensino no Brasil está dividido em duas etapas, básico e superior. Primeiro compreende a fase pré-escolar, fundamental e médio e, por fim, o último diz respeito ao ensino superior que engloba graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996a). Assim sendo, interessa-se a este estudo a segunda etapa no tocante ao seu primeiro nível. No entanto, levanta-se seguinte indagação, quais fatores condicionam a construção do conhecimento nessa etapa de formação acadêmica. Para dar resposta a esta questão, o presente trabalho busca propiciar uma reflexão sobre o papel do professor e do aluno no processo da construção de conhecimento.

Entretanto, a educação superior tem demonstrado notável contribuição estratégica para a transformação social de modo que tem proporcionado suporte indispensável ao processo de desenvolvimento econômico no mundo (NEVES, 2007). No âmbito nacional, a sua importância não se limite só ao fato outrora mencionado e sim, além da democratização de acesso à educação, ela tem sido expandida em todo território, permitindo que fosse viável o processo de desenvolvimento do país de maneira ampla (FRISON et al. 2021).

Considere-se de positivo esses feitos, mas só eles são insuficientes para declarar excelente os cursos de graduação. E por esta razão criou-se Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para regular educação superior no contexto dos cursos de graduação.

No entanto, Demo (2011) propõe que seja feita mudanças na educação brasileira de forma a permitir com que educar pela pesquisa passe a ser o foco dentro de ações de instituições de ensino superior visto que possibilita mais a fluidez de conhecimento sólido. Desta forma, para que o percurso acadêmico seja exitoso seria necessário melhorar as condições de aprendizagem estimulando estudantes a trabalharem seriamente para obtenção de sucessos objetivando desenvolver competências e habilidades (FRISON et al. 2021).

Ora, estrutura-se este trabalho em cinco partes onde a primeira diz respeito à esta introdução, à segunda compreende o referencial teórico no qual é abordado a origem e trajetória do ensino superior no Brasil e ações do professor e do estudante na construção de conhecimento no ensino, à terceira apresenta o método utilizado no estudo, à quarta traz resultado e discussão, e por fim, consideração final.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

É exposto no referencial teórico a contribuição bibliográfica sobre o tema em questão. Para tal, foi selecionado resultâncias de estudos sobre a origem e trajetória do Ensino Superior no Brasil e as ações do professor e do estudante conjuntamente.

2.1 Origem e trajetória do ensino superior no Brasil

A história do ensino superior no Brasil segundo CUNHA (2007), é de que a aprendizagem foi implantada de modo conduzido e delimitado pelos jesuítas, onde a primeira universidade foi fundada em 1550, pelos jesuítas na Bahia, onde era a sede do Governo Central naquela época. O papel do ensino superior na época colonial e exploratória foi de cunho político e religioso, para a produção de profissionais que iriam manter a estrutura social e política da colônia, dentro de um sistema de exploração do solo, agricultura, mineração, demandando assim; bacharéis em direito, médicos e engenheiros de artes militares, para a organização e arranjo do processo de produção, MACEDO (1989).

Portanto, o papel cultural dos universitários na época foi meramente funcional, frutos de um controle cultural e exploratório, e o papel cultural das Universidades era de laçao, não cumprindo a função social relevante de cidadania e polo gerador de cultura, mas a função de meramente subordinada à coroa. As universidades tinham caráter elitista e aristocrático referentes a educação superior pois privilegiava o acesso aos nobres, aos proprietários de terras e para as camadas dos quadros administrativos e burocráticos, PINTO & MATOS (2017).

O período a partir de 1931 caracterizou-se por intensa disputa entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação, mas as ambições da Igreja Católica eram grandes e iniciaram a criação das suas próprias universidades nas décadas seguintes, segundo PINTO & MATOS (2017).

A universidade brasileira precedente a 1970, era resultado da interação professor-aluno, dominada pela transmissão do conhecimento acumulado, conhecimentos desenvolvidos na prestação de Serviços, e que qualificava as práticas de atendimento ao público desenvolvidas no âmbito de uma cátedra, e, portanto, professores que tinham interesse na pesquisa científica e tecnológica deveriam buscar espaços fora da universidade, segundo CUNHA (1974). O autor também se refere à época deste ensino como um regime que teria como características irremovíveis a rotina, o personalismo e o autoritarismo, consequentemente estes aspetos eram barreiras para a produção de ciência, tecnologia e cultura no Brasil.

Foi somente a partir de 1968 que o regime de cátedras foi extinto pois ocorreu uma reforma universitária, através da Lei 5.540/68, onde a universidade teria sua autonomia, com pesquisas, pós-graduações e capacitação dos docentes, que propiciaram a formação de uma nova identidade para a universidade brasileira, CUNHA (1974).

O ensino superior é um indicador de desenvolvimento em um país, tornando-se um constructo cultural influenciador da configuração cognitiva dos indivíduos. Para tanto o compromisso com o regime democrático tem o propósito de fomentar a procura pelo Ensino Superior no Brasil, minguando as desigualdades sociais. Por isso, uma Lei de Diretrizes e Bases, no que se refere ao ensino superior, necessita conduzir de forma a

prognosticar e oportunizar o suporte para essa demanda crescente. A educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos e da democracia, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida (UNESCO, 1998).

O volume de candidatos ao ensino superior é um fenômeno mundial que se intensificou a partir do início dos anos setenta, após a reforma universitária de 68 e a decorrência de uma significativa transformação do sistema produtivo, que trouxe dois cenários concomitantes: o destaque da inovação tecnológica para o desenvolvimento econômico e o crescimento burocrático público privado, carecendo de indivíduos com o domínio de conhecimentos que são fornecidos pelas instituições de ensino superior, DURHAM (1989).

O interesse competitivo de um país, a partir daí, começa a depender da capacitação e qualidade dos conhecimentos adquiridos no ensino superior, destes indivíduos. A capacidade de produzir e diligenciar os sistemas produtivos aplicando, gerando ciência e tecnologia na produção de bens e serviços, acabou sendo a referência no processo de construção do conhecimento no âmbito do ensino superior no Brasil.

Conforme Pinto & Matos (2017), é importante uma mudança nas características do setor de Educação Superior, como a quebra do monopólio geográfico, regional ou local, que servem apenas às comunidades locais, para instituições mais especializadas e centradas no aluno e não no professor, desempenhando um papel de industrialização do conhecimento, operando em um mercado global, altamente competitivo, visando o intercâmbio de atividade e projetos comuns, desenvolvendo o processo de construção do conhecimento no âmbito do ensino superior.

2.2 Ações do professor e do estudante na construção de conhecimento no ensino superior

Os processos formativos promovem estimulação e envolvimento do professor quanto ao desenvolvimento de sua autonomia em sala de aula e em seu papel para a aprendizagem do estudante no ensino superior, assegura condições que o professor precisa para tomar decisões adequadas para o contexto do ensino e da aprendizagem. Gumier & Pazuch (2020) mencionam que dentro do ambiente de sala de aula, circunstâncias imprevistas acontecem com frequência, o que torna laborioso o processo construtivo de ações do professor no ensino superior.

Ações como qualificar a formação dos professores e canalizar esforços orientados para pesquisas, compreende; estabelecer processos formativos de modelo prático e que dialoga com o professor, sua prática na sala de aula e favorece a sua mobilização de conhecimentos para a entrega e construção do conhecimento ao estudante do ensino superior, (SANTANA et al. 2020). Na prática, envolve a premissa de definir as regras e normas de laboração do professor e do estudante no objetivo de promover a aprendizagem.

A análise prática, e de que o professor no sentido de evidenciar o papel social e político dentro do ensino superior incumbe uma qualificação na formação do próprio professor e dos estudantes, articulando ações autônomas e libertárias de produção de conhecimento, no processo de aprendizagem.

Discutir sobre os processos de ensino-aprendizagem urge, por reconhecer-se as profundas transformações do mundo contemporâneo, como: a velocidade das alterações na sociedades no contexto da produção de conhecimento; os valores atuais que impõem uma profunda e necessária reflexão sobre a inserção do profissional neste novo contexto, a influência e bombardeio dos meios de comunicação na estruturação do profissional e a configuração de uma nova organização do espaço-tempo social, o que desperta uma postura crítica sobre a atividade profissional do professor e do acadêmico, como observa (MITRE et al,2008).

O expressivo desafio atual está sobre o prisma de tomar ações que promovam a autonomia individual na educação, capacitando o educando e o educador a serem capazes de despertar a visão do todo, com as prerrogativas da interdependência e da transdisciplinaridade, construindo redes de transformações sociais e culturais, elevando a consciência individual e coletiva dos cidadãos, expressa (MITRE et al,2008). O “aprender” a aprender pelos alunos ou professores como profissionais, devem compreender o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, salienta como ações de grande significância FERNANDES (2003).

A reflexão e reconhecimento do contexto atual requer reconstrução; na busca ativa da plenitude entre corpo e mente, teoria e prática, ensino e aprendizagem. A prática reflexiva, crítica e comprometida instiga a formação de um discente autônomo, capaz de construir uma aprendizagem significativa. A transdisciplinaridade e da interdependência restaura valores valiosos como o cuidado, a solidariedade e a fraternidade.

3 | MÉTODO

Em função de materializar o presente estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica enquanto método que através do qual foi possível coletar os dados em livros, revistas e anais de congresso. Ora, segundo Gil (2010), a investigação dessa natureza se realiza a partir dos trabalhos já disponíveis, visando fortalecer e atualizar a ciência por meio de pesquisa científica em produções já publicadas (SOUSA et al. 2021). Nesse contexto, as bases de dados nacionais nomeadamente Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e Scientific Periodicals Electronic Library (Spell) e internacionais relativamente a Google Acadêmico e Scopus, foram determinantes para identificação de trabalhos relevantes para construção do referencial teórico. Portanto, selecionou-se os artigos cujas abordagens tiveram relação com a trajetória da educação no Brasil e responsabilidade de professor e estudante no processo de construção de conhecimento. Entretanto, a lei de diretrizes

e bases de educação foi fundamental para compreender a importância da instituição do ensino superior no Brasil.

4 | RESULTADO E DISCUSSÃO

No Brasil, as universidades, tanto públicas e privadas, são instituições especializadas e credenciadas pelo governo federal através do Ministério da Educação para certificar diplomas em diversas especialidades quando atuam dentro de regras estabelecidas (CUNHA, 2000). Embora haja a existência do tripé indissociável (ensino, pesquisa e extensão) como característica principal das universidades públicas. Todavia, a instituição de educação superior no território nacional ocorreu tardiamente tendo em conta o fator colonização que mantinha a exclusiva possibilidade de cursar um curso superior somente em duas metrópoles, Coimbra e Évora (TEIXEIRA, 1999, p. 29 apud MENDONÇA, 2000). Isto porque, havia, por parte de detentores do poder, um esforço no sentido de garantir controle político e social por meio de criação de uma elite governamental restrita.

No entanto, as reformas que aconteceram sucessivamente no âmbito do ensino superior, foram justamente para corrigir os erros de passado visando melhor o sistema educativo no enfrentamento aos desafios da sociedade por meio de qualificação rigorosa dos professores, construção de infraestruturas dignas e arranjos de equipamentos adequados, aperfeiçoamento do conhecimento em todos níveis e modalidades e a democratização de acesso (MACEDO et al. 2005; OTRANTO, 2006). Porém, a reforma administrativa feita em 1995 pelo então ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, flexibilizou a exclusividade de prestação de serviços educacionais permitindo atuação de iniciativas privadas do ramo, contudo algumas delas não incluem a dimensão pesquisa e/ou extensão (DE SOUZA LIMA e PEREIRA, 2009). Em parte, acredita-se que isso iria estimular o bom desempenho dessas instituições em função da concorrência da demanda pelos estudantes, por outro, tirava ao pobre a expectativa de sonhar alto. Segundo Dias sobrinho (2008) tal iniciativa intencionava culminar em privatizações de ensino superior.

Entretanto, ao falar de ações de professores e estudantes na produção de conhecimento no ensino superior há dois elementos que merecem destaque a saber, a informação e o conhecimento, na qual a primeira, conforme Dicionário Aurélio, é a reunião de dados sobre um assunto ou uma pessoa, ou seja, tornar público uma matéria através dos meios de comunicação ou por meio de publicidade. Já o conhecimento é o entendimento a respeito de algo. Por outras palavras, a ação de entender através da inteligência, da razão ou da experiência (AURÉLIO, 1999). Juntos, numa relação de coexistência, podem criar expectativas animadoras.

No entanto, conforme a lei de diretrizes e bases de educação de 1996 em art. 2º a educação constitui dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento do educando

e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para tal alcance, ainda a mesma lei assegura no seu art. 13 inciso terceiro que se deve zelar pela aprendizagem dos estudantes. Para isso os projetos políticos pedagógicos devem possuir essa preocupação incutindo nos seus estudantes sentimentos de responsabilidade social, ética profissional, capacidade para trabalhar em equipe e competências para resolver problemas de instituições a que pertencerão.

Nesta perspectiva, Severino (2014) descreve como se deve comportar um acadêmico por meio de um protocolo rigoroso a se cumprir, no qual precisa ser organizado, disciplinado e dedicado, disposto a documentar sempre conteúdo disponibilizado na aula para que possa obter êxitos na vida universitária. Além das características citadas precisa ter o estudante a paciência, curiosidade e vontade para aprender. No entanto, cabe ao professor, independentemente de técnicas a aplicar, possuir algumas condutas no exercício do seu trabalho, a saber, entender o significado da experiência vivida pelo aluno na aula; e claro, a faculdade de expressar tal compreensão; respeito pelo aluno; autenticidade no relacionamento com mesmo (ASPY e ROEBUCK, 1976). Essas considerações foram trazidas partindo do pressuposto que o professor antes de aprofundar no seu trabalho, deve conhecer a história de seus educandos, e estabelecer uma relação respeitosa para que possa exercer sua atividade adequadamente.

Entretanto, a ação pedagógica do educador é um dispositivo sine qua non reverenciado no processo da construção de conhecimento, porque, de fato, é através dela que o estudante consegue assimilar a informação recebida e tenta transformá-la em ciência. Nesse sentido, Demo (2011) corrobora afirmando que instituições de ensino superior têm de direcionar mais seus esforços na pesquisa visto que possibilita fluidez dum conhecimento sólido. Em função de alcançar tal propósito, há que haver um engajamento em termos de planejamento em quatro níveis sendo eles, a nível educacional, institucional, curricular e de ensino (GIL, 2015).

O primeiro nível compreende ações de autoridades de entes da federação e conselhos de educação incluindo políticas, planos e projetos de intervenção. O segundo fica na responsabilidade da instituição em questão; o terceiro diz respeito à seleção das disciplinas; e por fim, o último que é da responsabilidade do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta limitação por ser de cunho bibliográfico o que implica dizer que os dados tecidos são secundários, desta forma, obrigou-se a ter cuidados em certas afirmações. Portanto trabalhos desta natureza necessita de análises mais experimental para testar evidências, e para trabalhos futuros, poder-se-ia analisar a qualidade do ensino superior nocial sob ótica de diversos ângulos.

Entretanto, objetivou-se propiciar uma reflexão sobre o papel do professor e do

estudante no processo da construção de conhecimento no ensino superior, em particular, no Brasil, que é a nossa realidade, portanto, foi possível deduzir que nesse assunto os envolvidos devem trabalhar numa engenharia de coprodução de modo a permitir que objetivos educacionais sejam alcançados. Nesse sentido, viu-se a figura do professor como um líder cuja função é catalisar e coordenar os esforços do grupo para uma direção inclusive com a honestidade intelectual possibilitando com que o conhecimento a ser produzido seja eficaz e que possa retornar à realidade de forma efetiva. Nessa perspectiva, a interação entre professor, estudante e a instituição de ensino, deve ser voltada não só pela pesquisa como frisa Demo (2011), mas sim ao desenvolvimento de pensamento crítico assim como para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ASPY, David N.; ROEBUCK, Flora N. **A lever long enough**. National Consortium for Humanizing Education, 1976.

BERTOLINNI, P. di. *Dizionario di scienze dell'educazione*. 7ª. Ed. Bologna: Zanichelli, 2008

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional- LDB e dá outras providências. [1996a]. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acessado em: 26 de julho de 2021 .

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social**. Revista de Administração de Empresas 14(5), set./out. 1974.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, n. 151-204, p. 15, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 831-855, 2007.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DE SOUZA LIMA, Kátia Regina; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, v. 15, n. 1, p. 31-50, 2009.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. In: **Educar pela pesquisa**. 2011. p. 148-148.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, p. 817-825, 2008.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Educação depois da Nova Constituição: a Universidade e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Professor Titular da Universidade de São Paulo. Em Aberto. Brasília, ano 8, n. 43. jul./set 1989.

FERNANDES, J.D; FERREIRA, S.L.A; OLIVA R; SANTOS, S. **Diretrizes Estratégicas para a Implantação de uma Nova Proposta Pedagógica na Escola de Enfermagem da Universidade da Federal da Bahia.** Rev. Enfermagem. 2003;56(54):392-395.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo et al. Percursos de estudantes da Educação Superior com trajetórias de insucesso. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8 reimpr. **São Paulo: Atlas**, v. 201, 2010.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 13, p. 127-148, 2005.

MENDONÇA, Ana Waleska PC. A universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, p. 131-150, 2000.

MITRE, Sandra Minardi; BATISTA, Rodrigo Siqueira; MENDONÇA, J. M. G; PINTO, N. M. M; MEIRELLES, C. A. B; PORTO, C. P; MOREIRA, T; HOFFMANN, L. M. A. **Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem na Formação Profissional em Saúde: Debates Atuais.** Revista Ciênc. saúde coletiva 13 (suppl 2), Dez 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Desafios da educação superior. **Sociologias**, p. 14-21, 2007.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. **Reforma universitária: dimensões e perspectivas. Campinas: Alínea**, p. 43-58, 2006.

PINTO, Ana Cristina Cruz; MATOS, Maria Almerinda de Souza. **O Ensino Superior no Brasil: Uma Digressão Histórica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 06. Ano 02, Vol. 01. pp 387-402, setembro de 2017.

SANTANA, Eurivalda; DA PONTE, João Pedro; SERRAZINA, Maria de Lurdes. **Conhecimento Didático do Professor de Matemática à Luz de um Processo Formativo.**

Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro (SP), v. 34, n. 66, 89-109, abr. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2014.